

**PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**

**PROJETOS DE EMENDAS AOS PROJETOS DE LEI 37/2025 E 38/2025**

**“SUPLEMENTA AS DOTAÇÕES DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O  
EXERCÍCIO DE 2026 E PLANO  
PLURIANUAL, A FIM DE INCLUIR AS  
EMENDAS INDIVIDUAIS, DE  
BANCADA, ADITIVAS E  
MODIFICATIVAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTORIA: TODOS VEREADORES**

**RELATOR: VEREADOR HAMURAB  
RIBEIRO DINIZ**

**RELATOR: VEREADOR WEBERLY DE  
SOUSA MARQUES**

**APROVADO**  
**Data 11/12/25**

**I – RELATÓRIO**

O presente parecer tem como objetivo analisar a legalidade e a adequação orçamentária das Emendas Modificativas apresentadas pelos Parlamentares desta Casa Legislativa ao Projeto de Lei nº 038, de 28 de agosto de 2025, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026".

Foram apresentadas 11 (onze) Emendas Modificativas, todas com o objetivo de suplementar dotações orçamentárias para o exercício de 2026.

As emendas seguem um padrão uniforme, propondo alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) para incluir ações nas áreas de saúde, assistência social, esporte, cultura, segurança pública e meio ambiente.

Cada emenda individual totaliza o valor de R\$ 178.852,44 (cento e setenta e oito



mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

As justificativas que acompanham as emendas apontam para a necessidade de atender a demandas específicas da comunidade, em consonância com o interesse público.

As fontes de recursos para as suplementações propostas são a anulação de dotações, o excesso de arrecadação ou o superávit financeiro, em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/64.

Trata também do parecer da análise jurídica de oito propostas de emendas aditivas, sendo quatro ao Projeto de Lei nº 037/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029, e quatro ao Projeto de Lei nº 038/2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026.

Trata o presente parecer da análise de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa de duas proposições de emenda de bancada, subscritas por onze vereadores desta Casa Legislativa.

A **Emenda Modificativa nº 017/2025**, visa alterar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026.

A emenda destina recursos para a finalidade: a construção da "*Praça das Mães, com estacionamento público*", no valor de **R\$ 983.688,42** (novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Trata-se de análise da Proposta de Emenda Modificativa nº 018, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle, que objetiva alterar o artigo 8º do Projeto de Lei nº 038/2025, o qual dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026.

A referida emenda propõe a redução do limite de autorização para que o Poder Executivo proceda à abertura de créditos suplementares, diminuindo o percentual de 50% (cinquenta por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total da despesa fixada na lei orçamentária.

Trata-se de análise sobre a legalidade e a conformidade orçamentária de duas propostas de emenda apresentadas pela Vereadora Edna de Jesus Vieira, a saber:

- a) Emenda Modificativa nº 014/2025: Altera o Projeto de Lei nº 037/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029.



- b) Emenda Modificativa nº 015/2025: Altera o Projeto de Lei nº 038/2025, referente à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026.

As justificativas apresentadas em ambas as emendas argumentam a necessidade de adequar as peças orçamentárias às necessidades reais da política cultural do município, garantindo a execução de atividades tradicionais e o apoio a entidades culturais.

As emendas foram apresentadas pela Mesa Diretora e por vereadores desta Casa Legislativa, e sua análise se pautará na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Dianópolis (LOM) e no Regimento Interno da Câmara Municipal (RICM).

Deste modo, passamos a análise.

## **II – DO VOTO DOS RELATORES**

### **2 ANÁLISE DAS COMISSÕES**

#### **2.1 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A prerrogativa dos vereadores de apresentar emendas aos projetos de lei orçamentária está expressamente prevista na legislação municipal.

O Regimento Interno desta Casa, em seu art. 123, § 5º, define a Emenda Modificativa:

*Art. 123. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição.*

*(...)*

*§5º Emenda Modificativa é a que altera a proposição sem modificá-la substancialmente.*

As emendas em análise se enquadram perfeitamente nesta definição, pois não alteram a estrutura geral do projeto de lei orçamentária, mas apenas remanejam recursos para ações específicas, mantendo o equilíbrio orçamentário.

A Lei Orgânica do Município, por sua vez, estabelece o regime das emendas impositivas, que conferem maior poder ao Legislativo na alocação de recursos públicos.

O art. 171 da Lei Orgânica é o dispositivo central que rege a matéria,



estabelecendo a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas individuais dos vereadores.

*Art. 171. Será obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais a cada vereador do Legislativo Municipal e por emendas de bancada à LOA, observado o seguinte:*

Ademais, o art. 167 da Lei Orgânica e o art. 115 do Regimento Interno preveem que as emendas serão analisadas pelas comissões competentes da Câmara Municipal, que sobre elas emitirão parecer.

Este procedimento garante a análise técnica e a conformidade das propostas com a legislação vigente.

## **2.2 DA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

O § 1º do art. 171 da Lei Orgânica define o limite para essas emendas:

*§ 1º As emendas individuais de cada vereador ao projeto de LOA serão aprovadas até o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao encaminhamento do projeto pelo Poder Executivo, destinando-se metade desse percentual às ações e serviços públicos de saúde.*

As emendas apresentadas observam a destinação de metade dos recursos para a saúde, conforme se verifica na alocação de R\$ 89.426,22 (oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos) para o Fundo Municipal de Saúde, em cada uma das emendas.

As fontes de recursos para as suplementações propostas são a anulação de dotações, o excesso de arrecadação ou o superávit financeiro, em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/64.

## **2.3 Análise da Emenda Modificativa nº 013/2025 (LOA 2026)**

A proposição visa suplementar dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual de 2026, para alocar recursos na Secretaria de Obras e Transportes com o objetivo específico de construir a referida praça.



A emenda é de autoria parlamentar (emenda de bancada), prerrogativa assegurada pelo art. 166, § 2º, da Constituição Federal, e replicada no art. 171, § 1º, da Lei Orgânica do Município. A iniciativa é, portanto, legítima e exercida dentro da competência do Poder Legislativo no processo orçamentário.

A emenda indica como fonte para a cobertura do crédito suplementar a anulação de dotações, o excesso de arrecadação ou o superávit financeiro, em conformidade com as fontes previstas no art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964.

A indicação do objeto é precisa e a alocação se dá em despesa de capital (investimentos), o que é compatível com a natureza da ação proposta.

### **3 FUNDAMENTOS**

As emendas podem ser agrupadas em duas categorias para análise:

- i) *As que alteram o orçamento do Poder Legislativo; e as*
- ii) *Que incluem novas ações orçamentárias de autoria de vereadores.*

#### **a) Emendas de Alteração do Orçamento do Poder Legislativo**

A Emenda Aditiva nº 013/2025 ao PPA e a Emenda Aditiva nº 016/2025 à LOA, de autoria da Mesa Diretora, propõem a majoração do orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2026, de R\$ 5.400.000,00 para R\$ 7.000.000,00.

A justificativa apresentada baseia-se na readequação da estimativa das receitas municipais, o que impacta o limite de repasse ao Poder Legislativo, conforme o art. 29-A da Constituição Federal.

As emendas Emenda Modificativa nº 014 e 015 ao Projeto de Lei nº 037/2025 e 038/2025 (Vereadora Edna de Jesus Vieira). Foram apresentadas nos prazos legais e em conformidade com os procedimentos formais exigidos, contendo os elementos essenciais: identificação da proponente, número e data da emenda, artigos modificadores, justificativa fundamentada e assinatura da proponente. Sob o aspecto da competência e admissibilidade formal, não há óbices a serem apontados.



As emendas devem respeitar um conjunto de regras e princípios que regem o direito financeiro e orçamentário. A análise recai sobre a compatibilidade das propostas com as normas superiores, a adequação das metas e valores propostos, e a observância dos princípios orçamentários.

As atividades culturais propostas (romarias, eventos religiosos, manutenção de banda de música) constituem patrimônio cultural imaterial do município de Dianópolis e representam expressões legítimas da identidade local. O apoio a associações culturais e a entidades de caráter comunitário enquadra-se nas competências constitucionais dos municípios em matéria de cultura (art. 23, V, da CF/88) e alinha-se com a política nacional de fomento à cultura.

As justificativas das emendas demonstram preocupação legítima com a continuidade e o fortalecimento dessas atividades, o que é compatível com a função social do Estado e com os objetivos fundamentais da República (art. 3º, III, da CF/88 - erradicação da pobreza e marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais).

As emendas estão em conformidade com a legislação, pois visam adequar o orçamento do Legislativo à realidade da arrecadação municipal, garantindo a observância do teto de gastos do Poder Legislativo.

A alteração no PPA é necessária para manter a coerência entre os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), conforme preconiza o art. 165 da Constituição Federal e o art. 165 da Lei Orgânica Municipal.

O Regimento Interno, em seu art. 190, estabelece o rito para o recebimento e tramitação dos projetos de lei orçamentários, e o art. 123 do mesmo diploma legal define as emendas aditivas, como as que ora se analisam.

A emenda modificativa 018/2025 que trata da autorização para a abertura de créditos suplementares é um instrumento de flexibilidade orçamentária, permitindo ao Executivo ajustar a alocação de recursos ao longo do exercício financeiro para atender a necessidades não previstas ou insuficientemente dotadas.

A Lei nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro, prevê em



seu artigo 7º, inciso I, que a própria Lei de Orçamento poderá conter autorização para tal finalidade.

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

O percentual de 25% mostra-se razoável, não engessando a administração pública, mas estabelecendo um mecanismo de controle mais efetivo, em conformidade com o interesse público.

#### **b) Emendas Aditiva de Vereadores**

As emendas (nº 004, 005, 006, 007,) são de autoria de vereadores e visam incluir novas ações orçamentárias, tanto no PPA quanto na LOA, caracterizando-se como emendas impositivas, conforme previsto no art. 166, §§ 9º a 12, da Constituição Federal, e no art. 171 da Lei Orgânica Municipal.

Emendas nº 004/2025-LOA-PPA (Vereador Ailton Rodrigues de Araújo): Inclusão de ação para transferência de R\$ 85.000,00 ao Conselho Municipal de Segurança Pública.

A medida é meritória e se alinha ao interesse público de fortalecimento da segurança local. A inclusão da ação tanto na LOA quanto no PPA garante a conformidade do planejamento orçamentário.

Emendas nº 005/2025 LOA -PPA (Vereador Antônio Rodrigues Quirino): Inclusão de ação para a realização da confraternização anual dos servidores municipais, no valor de R\$ 120.000,00.

Embora a valorização do servidor seja importante, a destinação de recursos públicos para eventos festivos deve ser analisada com cautela, observando os princípios da moralidade e da economicidade, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 82 da Lei Orgânica Municipal. Contudo, não há vedação legal expressa para tal despesa, desde que devidamente justificada e com dotação orçamentária.



Emendas nº 007/2025-LOA-PPA (Vereador Weberly de Souza Marques):  
Inclusão de ação para transferência de R\$ 100.000,00 a sindicatos. A transferência de recursos a entidades privadas, mesmo que sem fins lucrativos, deve observar rigorosamente o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na legislação correlata, como a Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), que estabelece regras para parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

A legalidade da transferência dependerá da finalidade e da forma como será executada, devendo ser objeto de análise aprofundada pelo Executivo no momento da celebração de eventuais convênios ou termos de parceria.

Todas as emendas impositivas indicam a anulação de dotações orçamentárias na mesma unidade orçamentária como fonte de recursos, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, e com o art. 167, § 3º, I, da Lei Orgânica Municipal, não alterando o montante global do orçamento.

Diante do exposto, conclui-se que as emendas analisadas, em sua maioria, apresentam-se em conformidade com os preceitos constitucionais e legais que regem o processo orçamentário.

### **III – DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que as emendas impositivas, aditivas e modificativas analisadas encontram respaldo nos preceitos constitucionais e legais que regem o processo orçamentário. Assim, as comissões **opinam pela legalidade e regularidade formal das emendas**, por não identificar vícios materiais ou formais que obstem sua tramitação e apreciação em Plenário.

É o parecer.

Plenário da Câmara Municipal de Dianópolis/TO, 11 de Dezembro de 2025.

**HAMURAB RIBEIRO DINIZ**  
Vereador Relator

**WEBERLY DE SOUSA MARQUES**  
Vereador Relator



**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**PROJETOS DE EMENDAS AOS PROJETOS DE LEI 37/2025 E 38/2025**

**“SUPLEMENTA AS DOTAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E PLANO PLURIANUAL, A FIM DE INCLUIR AS EMENDAS INDIVIDUAIS, DE BANCADA, ADITIVAS E MODIFICATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTORIA: TODOS VEREADORES**

**RELATOR: VEREADOR HAMURAB RIBEIRO DINIZ**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sessão realizada no dia 11/12/2025 decidiu, por unanimidade, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Emendas Modificativas acima citado, nos termos do voto apresentado pelo relator.

Estiveram presentes os Vereadores: Hamurab Ribeiro Diniz, Ailton Rodrigues Araújo e Genivaldo Ferreira dos Santos.

Plenário da Câmara Municipal de Dianópolis/TO, 11/12/2025.

**Ailton Rodrigues de Araújo**  
Presidente

**Hamurab Ribeiro Diniz**  
Relator

**Genivaldo Ferreira dos Santos**  
Membro



**PARECER DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO  
E CONTROLE.**

**PROJETOS DE EMENDAS AOS PROJETOS DE LEI 37/2025 E 38/2025**

**“SUPLEMENTA AS DOTAÇÕES DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O  
EXERCÍCIO DE 2026 E PLANO  
PLURIANUAL, A FIM DE INCLUIR AS  
EMENDAS INDIVIDUAIS, DE  
BANCADA, ADITIVAS E  
MODIFICATIVAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTORIA: TODOS VEREADORES**

**RELATOR: VEREADOR WEBERLY DE  
SOUSA MARQUES**

A Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle, em sessão realizada no dia 11/12/25 decidiu, por unanimidade, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projetos de Emendas Modificativas acima citado, nos termos do voto apresentado pelo relator.

Estiveram presentes os Vereadores: Antônio Rodrigues Quirino, Edna de Jesus Vieira e Weberly de Sousa Marques.

Plenário da Câmara Municipal de Dianópolis/TO, 11/12/2025.

**Antônio Rodrigues Quirino**  
Presidente

**Weberly de Sousa Marques**  
Relator

**Edna de Jesus Vieira**  
Membro